

MS-ID

MULHERES SOCIALISTAS
IGUALDADE E DIREITOS



PS

ainda
**FAZER & MAIS
E MELHOR**

**Manifesto para
a Igualdade**

Legislativas 2019

INTRODUÇÃO

O Partido Socialista, desde a sua génese, assenta a sua atuação nos princípios constitucionais de igualdade e não discriminação, bem como de igualdade entre mulheres e homens, promovendo políticas que efetivem a realização dos direitos humanos para uma cidadania plena.

O Estado Português está, também, vinculado a instrumentos internacionais, tais como, a CEDAW - Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e a Convenção de Istambul - Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

Portugal assumiu, ainda, em particular no quadro da Organização das Nações Unidas, outros compromissos políticos nestes domínios, destacando-se a Plataforma de Ação de Pequim e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Sob o lema “ninguém pode ficar para trás” os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) trazem uma abordagem tripla que implica:

- 1) por um lado, ações específicas, como as preconizadas no ODS 5 — **Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar todas as mulheres e raparigas**, e respetivas metas;
- 2) por outro lado, o **mainstreaming de género** nos outros ODS designadamente nas áreas da saúde e bem-estar para todos/as (ODS3), educação de qualidade (ODS4), emprego digno e crescimento económico inclusivo (ODS8), indústria, inovação e infraestruturas (ODS9), redução das desigualdades (ODS10), cidades e comunidades sustentáveis (ODS11), combate às alterações climáticas (ODS13), paz, justiça e instituições fortes (ODS16), e parcerias em prol das metas (ODS17); e ainda
- 3) uma perspetiva de **interseccionalidade** considerando a natureza multidimensional que está na base das desigualdades que entrecruza a discriminação em razão do sexo com outros fatores de discriminação como a origem racial e étnica, a nacionalidade, a idade, a deficiência, a religião, a orientação sexual e a identidade de género, entre outras.

As Mulheres Socialistas - Igualdade e Direitos orientando-se por estes princípios e compromissos políticos nacionais e internacionais, e **no âmbito dos 4 desafios identificados no Programa Eleitoral do PS, destacam prioridades**, lançam desafios e matas para a construção de uma Agenda para a Igualdade e para os Direitos Humanos que coloque o princípio da Igualdade no centro da ação política para um Portugal igualitário, inclusivo, diverso e democrático onde nenhuma pessoa seja deixada para trás.

DESIGUALDADES

1. Paridade na tomada de decisão política e económica

As discriminações de género representam um custo elevado para a democracia e para a sociedade como um todo.

As MS-ID, defendem, na linha de todos os avanços introduzidos nesta legislatura e das recomendações feitas pelo Secretário Geral do PS para a constituição das listas, desde logo alternância de género nos dois primeiros lugares, **que o próximo Governo seja paritário.**

O Partido Socialista tem dado passos relevantes no sentido de promover medidas de política que removam as barreiras que impedem a participação plena das mulheres na vida pública. No que se refere à participação política das mulheres, e no seguimento da aprovação da chamada “Lei da Paridade” em 2006, passámos de uma participação política das mulheres na Assembleia da República de 21,3% em 2005, para 33% em 2015.

Já em fevereiro deste ano, e por proposta do Governo, foi aprovada na Assembleia da República a lei que altera a “Lei da Paridade” fazendo subir de 33% para 40% o limiar mínimo da paridade aplicável às listas de candidaturas apresentadas à Assembleia da República, ao Parlamento Europeu e aos órgãos eletivos das autarquias locais, bem como a vogal das juntas de freguesia. Esta lei já estará em vigor no momento das eleições legislativas de 6 de Outubro, pelo que será possível avaliar o seu primeiro impacto na constituição do Parlamento na próxima legislatura.

Já no que se refere à presença de mulheres nos conselhos de administração das empresas em Portugal, ela é ainda reduzida, mas após a aprovação da lei sobre representação equilibrada nos Conselho de administração em 2017, só nas empresas do PSI20 pudemos observar um aumento de participação das mulheres de 16,2% para 24,8%.

É, assim, fundamental dar continuidade a estas medidas e garantir uma representação equilibrada de mulheres e homens em todos os níveis de tomada de decisão económica e política.

2. Independência Económica e Igualdade salarial

O segundo princípio do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, proclamado em novembro de 2017, exige a igualdade de tratamento e oportunidades entre mulheres e homens, ao mesmo tempo que afirma o direito à igualdade de remuneração por trabalho de valor igual. Em Portugal continuamos a assistir a uma segregação sexual das profissões, concentrando-se as mulheres, tendencialmente, em ramos de atividade mais mal remunerados (segregação horizontal), e nos escalões mais baixos da hierarquia profissional (segregação vertical). Esta segregação de género do mercado de trabalho tem como consequência a persistência de diferenças salariais entre mulheres e homens, que em 2017 se cifrava, em média, em 14,9%, sendo mesmo de 26,4% entre os quadros superiores.

O atual Governo aprovou em 2018 legislação para promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens, a qual permite a criação de mecanismos para o pleno cumprimento do princípio de salário igual para trabalho de igual valor. É, portanto, necessário continuar a aprofundar a implementação desta e de outras políticas ativas destinadas a promover uma participação plena e igualitária no trabalho para mulheres e homens, combatendo a segregação sexual nas escolhas vocacionais e profissionais, contrariando a segregação vertical e horizontal no mercado de trabalho e eliminando as assimetrias salariais.

As MS-ID defendem que se **eliminar desigualdades salariais até 2030** para que se cumpra a Agenda do Desenvolvimento Sustentável.

3. Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e violência de género

De acordo com a Convenção de Istambul, a “Violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e é uma forma de discriminação contra as mulheres, abrangendo todos os atos de violência de género que resultem, ou possam resultar, em danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos para as mulheres, incluindo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada”. Os dados da Agência para os Direitos Fundamentais (FRA) dão conta de que uma em cada três mulheres da UE foi vítima de violência física e/ou sexual desde os 15 anos.

Apesar dos esforços prosseguidos nas últimas décadas para prevenir e combater este problema, tornando-o visível, penalizando-o, protegendo as vítimas e castigando os agressores, ele mantém-se, e com uma dimensão preocupante: em 2018 foram registadas pelas forças de segurança 26.432 participações de violência doméstica, o que apesar de tudo correspondeu a uma diminuição de 1,2% face a 2017. Tendo presente este número, é igualmente preocupante o pouco expressivo número de condenações por violência doméstica: 1 457 no ano de 2017.

Assim, é urgente combater todas as formas de violência que afetam as mulheres, incluindo a violência doméstica, violência sexual e violação, tráfico de seres humanos, mutilação genital feminina, assédio sexual e moral, casamento forçado e todo o tipo de discriminações com base no género e na identidade de género. Para tal são necessárias medidas de política que deverão passar por um reforço dos mecanismos de coação dos agressores e de proteção das vítimas, quer ao nível legal, quer ao nível do reforço das respostas da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica; medidas como a recolha e tratamento de dados fidedignos para o real conhecimento da situação, a formação de profissionais que intervêm nas várias vertentes e a sensibilização da população, com enfoque ao nível da educação e da comunicação social para a desconstrução dos estereótipos de género que estão na base das desigualdades de género.

As MS-ID saúdam a iniciativa lançada pelo Secretário-Geral do PS de criação de **um sistema judicial integrado para combater a Violência Doméstica**, e, caso a Constituição o impeça, que se mude a Constituição.

4 - Educação para a Cidadania

A educação é um direito fundamental que deve ser garantido. O acesso a uma educação de qualidade para todas as pessoas, livre de estereótipos de género, é uma das melhores formas de tornar a sociedade mais igualitária e inclusiva, promotora de uma cidadania ativa.

Os estereótipos de género constituem ideias preconcebidas e generalizadas sobre os atributos e características que devem ou não ser possuídos por mulheres e por homens, e estão na origem das expectativas sobre os comportamentos considerados socialmente adequados e sobre os papéis que devem desempenhar em função do seu sexo. Muito embora sujeitos a mudanças ao longo do tempo e dos contextos socioculturais, os estereótipos impedem mulheres e homens de realizar o seu potencial e podem limitar as suas escolhas e oportunidades na vida em geral.

A educação em cidadania democrática e direitos humanos é essencial para capacitar os e as jovens a desenvolverem atitudes e comportamentos que contribuam para a construção e defesa de uma cultura universal de direitos humanos para a construção de sociedades tolerantes, sustentáveis e participativas.

Por essa razão é fundamental reforçar as medidas de política que combatam o sexismo e os estereótipos, desde logo ao nível da Educação, nomeadamente através do **aprofundamento da implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania - ENEC**, e ainda, **integrar estes conteúdos ao nível do Ensino Superior e da Comunicação Social** para erradicar os estereótipos de género persistentes.

5. Combate ao Racismo e Xenofobia

Os estereótipos na base da discriminação em razão do sexo cruzam com estereótipos na base de outros fatores de discriminação. Esta interseção exige a capacidade de construir respostas de política pública que reconheçam as necessidades específicas das mulheres sujeitas a formas interseccionais de discriminação, tais como as mulheres ciganas, afrodescendentes, idosas, com deficiência, migrantes e refugiadas.

Acaba de ser apresentado na Assembleia da República um Relatório sobre Racismo e Xenofobia e discriminação Étnico-racial, cujas recomendações deverão ser levadas em linha de conta no reforço das políticas ativas de promoção da igualdade e combate à discriminação étnico racial e xenofobia, incluindo a perspetiva de género. As MS-ID defendem um **combate intransigente a todas as práticas xenófobas e de racismo**, com tolerância zero.

6. Combate à discriminação LGBTI

Mulheres ou homens podem ser objeto de discriminação quando a sua aparência ou o seu comportamento não são conformes às normas tradicionais de masculinidade ou de feminilidade. Também aqui, a discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais assenta em estereótipos e práticas discriminatórias, como a homofobia, transfobia e interfobia.

Os estereótipos de género traduzem-se também nas políticas, nas leis e nas culturas e práticas das instituições e organizações em termos de normas, valores, dinâmicas de poder e práticas que subjazem ao seu funcionamento, institucionalizando a discriminação.

Por essa razão esta questão tem merecido uma atenção especial do PS no desenvolvimento e implementação de políticas públicas promotoras dos direitos humanos das pessoas LGBTI, traduzida, nomeadamente, em várias mudanças legislativas que, além da proibição clara de todas as formas de discriminação com base na orientação sexual, e identidade de género, promoveram a igualdade no acesso ao casamento civil, o reconhecimento da identidade de género e, já em 2018, o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa.

Contudo, a situação de facto caracteriza-se ainda pela existência de preconceitos e de discriminação, quer no espaço público quer no contexto familiar, justificando a forte aposta na formação de públicos estratégicos, tais como a comunicação social ou docentes, mas também na necessidade de se sensibilizar a população em geral. Depois de todas as alterações e avanços civilizacionais ao nível legislativo, o combate agora centra-se ao nível dos valores e das práticas sociais, pelo que as MS-ID defendem um **trabalho persistente ao nível dos municípios para a eliminação de preconceitos e praticas homofóbicas**.

7. Boa governação: Orçamentos Sensíveis ao Género

O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) consagra a integração da dimensão da igualdade entre mulheres e homens, ou *mainstreaming* de género, em todas as suas ações, enquanto princípio horizontal.

O *mainstreaming* de género é ao mesmo tempo uma estratégia e um processo de mudança/transformação que implica que todos os atores envolvidos nos diversos domínios de política tenham em conta, de maneira sistemática, e ao longo de todos os processos políticos - planeamento, definição, execução, acompanhamento e avaliação de políticas - as especificidades das condições, situações e necessidades das mulheres e dos homens, bem como as relações sociais de poder desiguais existentes entre os dois sexos, as quais são transversais a quaisquer outros fatores de discriminação. Os orçamentos com impacto de género correspondem à efetivação do *mainstreaming* de género no processo orçamental, compreendendo a reestruturação das

receitas e das despesas com o objetivo de promover a igualdade entre mulheres e homens, uma vez que os orçamentos nacionais são instrumentos fundamentais para a concretização das políticas públicas. A sua conceção e aplicação podem ter impactos desiguais na vida das mulheres e dos homens, uma vez que os estereótipos de género determinam consequências diferenciadas nas respetivas condições de vida, satisfação de necessidades e estatuto social e económico. A estes acrescem outros impactos resultantes de fatores múltiplos, tais como a idade avançada, deficiência, raça, etnia, estatuto socioeconómico, território de residência, orientação sexual ou identidade de género, que moldam a natureza, a amplitude e a profundidade das desigualdades de género.

Assim, é fundamental dar seguimento ao compromisso político de formulação de **orçamentos com impacto de género**, assumido pela primeira vez em 2018 na Lei do Orçamento do Estado alargando, de forma incremental, a sua implementação **em todas as áreas do Poder Central e iniciando a sua implementação ao nível do Poder Local**.

8. Agenda da Terra - alterações climáticas

As alterações climáticas e a poluição do ar, apesar de distintas, estão intimamente relacionadas e requerem intervenção imediata. Em Portugal, a qualidade do ar tem vindo a melhorar nos últimos anos, permitindo-nos ser o 11.º país com o ar mais limpo do mundo. Tal é fruto dos investimentos realizados, em particular por Governos do PS, dos quais se destacam as energias renováveis, a estratégia integrada de tratamento e valorização de resíduos, e mais recentemente a significativa redução do preço do passe social e respetivo incentivo à utilização dos transportes públicos.

Segundo a Agência Europeia do Ambiente os efeitos negativos da poluição atmosférica, sonora e de grandes variações de temperatura afetam mais as populações vulneráveis: crianças, pessoas idosas, doentes e com menores rendimentos. Sabemos, ainda, que não apenas com base nos rendimentos, mas também associado aos diferentes papéis sociais atribuídos a mulheres e homens, a sua utilização dos recursos é distinta. Os desafios ambientais são portanto, em parte, problemas sociais que decorrem de desigualdades em termos de rendimentos e de poder.

As políticas têm de dar resposta a estas questões em conjunto. De facto, as sociedades mais igualitárias têm um melhor registo ambiental e uma maior capacidade para ser tornarem sustentáveis. Por isso, as respostas aos desafios, quer estejam ligados ao ambiente, clima ou a desigualdades, tem de ser abordadas numa perspetiva de género, incentivando entre outros, a mobilidade sustentável, com benefícios em termos de conciliação de vida profissional, familiar e pessoal, e também na descarbonização necessária.

As MS-ID defendem a generalização da **Educação Ambiental para que se construa uma nova atitude coletiva para cuidar da Terra** e desta nossa casa comum.

9. Desafios Demográficos

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais reconhece a Conciliação entre a vida Profissional, familiar e pessoal como uma das condições justas de trabalho. No entanto, uma boa conciliação contribui não apenas para a melhoria da vida profissional, designadamente ao nível da diminuição do absentismo, do aumento da produtividade ou da retenção de talento, mas sabe-se hoje que contribui de forma estrutural para a sustentabilidade demográfica.

O atual paradigma de organização social assenta na ideia de que as responsabilidades familiares e domésticas cabem primeiramente às mulheres, cabendo aos homens um papel de ganha-pão e de maior participação na esfera pública. Tal tem impactos vários nas vidas de mulheres e homens, desde logo ao nível da autonomia económica das mulheres, mas também ao nível dos usos do tempo de umas e de outros (tempos de trabalho, tempos para as tarefas domésticas, tempos para o cui-

dado da família, tempos para o desporto e lazer, etc.) e, consequentemente, sobre a sua liberdade de escolha e qualidade de vida.

Nas gerações mais jovens revela-se já uma menor disparidade na partilha dessas responsabilidades, visível, por exemplo, no número crescente de homens que partilham as licenças de parentalidade. No entanto, de acordo com o Inquérito realizado em 2015, no âmbito do estudo sobre os usos do tempo dos homens e das mulheres em Portugal, há ainda uma desigualdade notória entre a utilização do tempo por homens e por mulheres: em média, por dia, os homens apresentam um tempo de trabalho pago superior ao das mulheres em 27 minutos; quanto ao tempo médio dedicado às tarefas domésticas e ao trabalho de cuidado, não-remunerado, as mulheres investem, diariamente, mais 1 hora e 45 minutos.

Por esta razão o atual Governo do PS propôs o alargamento dos direitos do pai ao abrigo das licenças de parentalidade instituindo a obrigatoriedade de os pais gozarem de uma licença de 20 dias úteis. Por outro lado, tem vindo a consolidar a oferta de serviços de cuidado a crianças, pessoas idosas ou dependentes, por todo o país, e a preços acessíveis. Lançou ainda o “Programa 3 em Linha” o qual propõe medidas que implicam um esforço conjunto do Governo, de empresas públicas e privadas, e de entidades da Administração Pública central e local, com o objetivo de promover um maior equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar, como condição para uma efetiva igualdade entre mulheres e homens que permita a realização de escolhas livres em todas as esferas da vida, designadamente ao nível do número de filhos/as a ter.

É crucial promover uma mudança de paradigma que corresponsabilize os homens pelas responsabilidades familiares e domésticas, nomeadamente **promovendo uma partilha equitativa das licenças de parentalidade entre mães e pais**, promovendo políticas para a eliminação da discriminação contra as mulheres grávidas e mães recentes no emprego, bem como a proteção na parentalidade, para mulheres e homens.

10. Transição para uma sociedade digital

A investigação e a inovação constituem um investimento no futuro de Portugal, essencial para assegurar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm vindo, aliás, a converter-se num dos principais motores do crescimento das nossas sociedades dando lugar anualmente à criação de numerosos postos de trabalho e à procura crescente de competências nesse domínio. No entanto, e apesar de as mulheres representarem a maioria dos diplomados do ensino superior em Portugal (60,9%), verifica-se não só uma baixa representação das mulheres entre os/as diplomados/as do ensino superior nas Tecnologias da Informação e da Comunicação, como um declínio dessa representação entre 1999 e 2016 (26,2% em 1999 e 19,8% em 2016).

O Relatório Global sobre as Disparidades de Género do Fórum Económico Mundial de 2018 mostra, por exemplo, que apenas 22% de profissionais em inteligência artificial no mundo são mulheres: um enorme fosso que evidencia a segregação profissional e condições de trabalho desfavoráveis para mulheres. Por outro lado, um estudo do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) refere que a igualdade de género tem impactos fortes e positivos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, os quais vão crescendo com o tempo. Esse estudo prevê que até 2050, a melhoria da igualdade de género levaria a um aumento do PIB per capita da UE de 6,1% para 9,6%, o que equivale a um aumento de € 1,95 para € 3,15 triliões.

O **contributo das mulheres constitui um enorme potencial que não pode ser desperdiçado**, sendo fundamental promover políticas ativas que garantam o acesso igual às novas tecnologias.

MS-ID | 10 PRIORIDADES

1. Defendemos que o próximo governo seja paritário.

2. Eliminar desigualdades salarias até 2030.

3. Sistema judicial integrado para combater a Violência Doméstica.

4. Aprofundamento da implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

5. Combate intransigente a todas as práticas xenófobas e de racismo.

6. Trabalho persistente ao nível dos municípios para a eliminação de preconceitos e praticas homofóbicas.

7. Orçamentos com impacto de género em todas as áreas do Poder Central e iniciando a sua implementação ao nível do Poder Local.

8. Educação Ambiental para que se construa uma nova atitude coletiva para cuidar da Terra.

9. Promover uma partilha equitativa das licenças de parentalidade entre mães e pais.

10. O contributo das mulheres constitui um enorme potencial que não pode ser desperdiçado na transição para uma sociedade digital.